



CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO - PIAUÍ

SASC-PI - ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação e Ética no Serviço Público

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 02/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CONCURSO UNIFICADO PI

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO - PIAUÍ - PI

SASC-PI- Assistente Social

EDITAL Nº 02/2026

CÓD: SL-050JL-26
7901183001149

Lingua Portuguesa

1. Leitura e interpretação textual. Leitura, compreensão e interpretação de textos	9
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	13
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais.....	16
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	18
5. Equivalência e transformação de estruturas.....	21
6. Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo	22
7. Modalizadores discursivos	24
8. Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Sintaxe do período simples e composto	25
9. Pontuação	29
10. Concordância nominal e verbal	32
11. Regência nominal e verbal	35
12. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Funções das classes de palavras	40
13. Morfologia e estrutura das palavras. Estrutura e formação de palavras	50
14. Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais	55
15. Norma-padrão da língua portuguesa.....	58
16. Ortografia oficial	58
17. Acentuação gráfica.....	62

Noções de Informática

1. Hardware e componentes computacionais. Hardware: dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos	75
2. Sistemas operacionais.....	80
3. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos. Área de trabalho e área de transferência. Manipulação de arquivos e pastas. Uso dos menus, programas, aplicativos e interação com o conjunto de aplicativos. Extensões e arquivos.....	81
4. MSOffice M365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Sharepoint). Editor de textos. Estrutura básica dos documentos. Edição e formatação de textos. Cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos. Tabelas e impressão. Controle de quebras e numeração de páginas. Legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos e caixas de texto. Planilhas eletrônicas. Estrutura básica das planilhas. Conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos. Elaboração de tabelas e gráficos. Uso de fórmulas, funções e macros. Impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas. Obtenção e classificação de dados externos	92
5. Correio eletrônico. Uso de correio eletrônico. Preparo e envio de mensagens. Anexação de arquivos	102
6. Ferramentas de comunicação e reuniões on-line. Microsoft Teams. Google Meet. Zoom.....	105
7. Internet e navegação. Internet, intranet e extranet. Protocolos e serviços. Sítios de busca e pesquisa na internet. Conceitos de URL, links e sites. Navegadores: Mozilla Firefox e Google Chrome. Navegação, busca e impressão de páginas na internet	109
8. Computação em nuvem.....	114
9. Redes sociais	115
10. Tecnologia da informação e segurança da informação.Tecnologia da informação e segurança de dados. Princípios de segurança, confidencialidade e assinatura digital. Procedimentos de segurança. Ferramentas de segurança (antivírus e firewalls). Malwares e ataques	118
11. Backup	122
12. Tecnologias emergentes no setor público. Conceitos básicos de inteligência artificial. Técnicas de prompts.....	123

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

1. História, geografia, cultura, ética, política e economia do Estado do Piauí	129
--	-----

Conhecimentos Específicos SASC-PI - Assistente Social

1. Fundamentos e Instrumentabilidade do Serviço Social: Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.....	138
2. Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	142
3. Código de Ética do Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993).....	147
4. Condições técnicas e éticas de trabalho do assistente social (Resolução CFESS nº 556/2009);	154
5. Instrumentalidade do Serviço Social (dimensão técnico-operativa); Pesquisa social, planejamento e gestão social; Estudo social, perícia social, relatório social, parecer social e laudo social; Entrevista social, escuta qualificada e visita domiciliar e institucional	157
6. Trabalho com famílias e trabalho com grupos; Trabalho interdisciplinar, reuniões clínicas e atuação em equipes multidisciplinares.....	160
7. O Serviço Social na área da saúde (parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde; acolhimento, acompanhamento em internação hospitalar, suporte social e articulação com equipe médica.....	162
8. Proteção Social, Direitos Humanos e Socioeducação: Rede socioassistencial e vigilância socioassistencial; Atendimento ao adolescente em conflito com a lei, medidas socioeducativas e Plano Individual de Atendimento (PIA); Mediação de conflitos e justiça restaurativa; Enfrentamento a vulnerabilidades e violações de direitos (dependência química, violência doméstica, violência sexual, trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes).....	166
9. Inclusão social, defesa e garantia de direitos.....	169
10. Constituição Federal (princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, direitos sociais, administração pública, família, criança, adolescente, jovem e idoso)	172
11. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)	184
12. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE (Lei nº 12.594/2012) e Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	223
13. Doutrina da proteção integral e direitos humanos aplicados ao atendimento socioeducativo.....	235
14. Normativas Internacionais (Regras de Beijing, Regras de Havana, Diretrizes de Riad e Convenção sobre os Direitos da Criança).....	238
15. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)	257
16. Lei Federal nº 9.455/1997 (Crimes de tortura)	270
17. Lei Federal nº 13.869/2019 (Abuso de autoridade).....	270
18. Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Avaliação Biopsicossocial.	274
19. Políticas Públicas Setoriais: Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	292
20. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	297
21. Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS)	299
22. Lei Federal nº 8.080/1990 (Sistema Único de Saúde — SUS);	310
23. Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica);.....	322
24. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) (Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XVII);	323
25. Rede de Atenção Psicossocial — RAPS (Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, Anexo V).....	326
26. Lei Federal nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).....	330

27. Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	343
28. Intersectorialidade das políticas públicas e rede de proteção social.....	347
29. Políticas públicas de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e inclusão social destinadas a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	350

Legislação e Ética no Serviço Público

1. Legislação aplicada ao serviço público: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)	357
2. Ética no serviço público	378
3. Ética e função pública	379
4. Ética e moral: definição e distinção; Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos.....	379
5. Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público	383
6. Princípios da Administração Pública aplicados à ética: Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública	384
7. Legislação Interna: Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí); Lei Complementar nº 28/2003 (Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí); Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989.....	388

LINGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL. LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HARDWARE E COMPONENTES COMPUTACIONAIS. HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

► **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

Você tem razão. A segunda seção ficou longa demais para o padrão que você definiu. Vou ajustar o material para trabalhar com seções mais enxutas, mantendo profundidade, mas sem excesso. Substitua a segunda seção por esta versão mais curta.

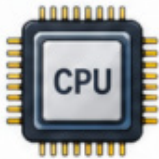
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 
Memória e armazenamento 	Guarda dados temporários ou permanentes.	RAM, ROM, HD, SSD e pen drive. 

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CULTURA, ÉTICA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PIAUÍ E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL¹

► Origem territorial e sentido histórico do nome Piauí

A formação de uma identidade ligada aos rios, ao sertão e aos povos originários

O Piauí possui uma formação histórica marcada pela relação entre território, rios, deslocamentos humanos e ocupação do interior nordestino. O próprio nome do estado remete à presença indígena e à importância das águas na organização simbólica e material da região. A interpretação mais conhecida associa o topônimo Piauí à ideia de “rio das piabas”, indicando a força dos elementos naturais na nomeação do espaço. Também há interpretações que relacionam o nome à presença de pajés e povos indígenas, reforçando que, antes da colonização europeia, o território já era habitado, conhecido e culturalmente organizado por diferentes grupos nativos.

Essa dimensão anterior à colonização é fundamental para compreender o Piauí não como um espaço vazio posteriormente “descoberto”, mas como uma região de longa ocupação humana. A Serra da Capivara, no sudeste do estado, tornou-se um dos símbolos mais expressivos dessa antiguidade. Suas pinturas rupestres, seus vestígios arqueológicos e sua relevância científica indicam que o território piauiense ocupa lugar central nas discussões sobre os primeiros povoadamentos das Américas. Mesmo quando há debates acadêmicos sobre a datação de alguns achados, a importância cultural e histórica da região permanece incontestável, pois ela revela formas antigas de presença humana, expressão simbólica, adaptação ambiental e organização social.

► Colonização, pecuária e ocupação do interior

Um processo diferente de outras áreas do Nordeste

A colonização do Piauí apresentou uma característica particular: ocorreu predominantemente do interior para o litoral. Enquanto grande parte do Nordeste colonial foi estruturada inicialmente pela ocupação litorânea, pela economia açucareira e pelos portos, o Piauí foi ocupado sobretudo a partir da expansão da pecuária. Vaqueiros vindos do Vale do São Francisco penetraram no território em busca de pastagens, estabelecendo fazendas de gado ao longo de rios e áreas propícias à criação animal.

Esse movimento deu ao Piauí uma feição sertaneja muito forte. A pecuária organizou o espaço, estimulou a criação de caminhos internos, favoreceu o surgimento de núcleos populacionais e estruturou relações sociais baseadas na grande propriedade rural, no trabalho nas fazendas, na mobilidade dos vaqueiros e na ocupação de áreas distantes dos principais centros coloniais. O gado não foi apenas uma atividade econômica; ele moldou a sociedade, a cultura e a própria forma de povoamento do território.

A presença de sesmarias e grandes fazendas também revela os conflitos envolvidos nesse processo. A expansão colonial avançou sobre áreas ocupadas por povos indígenas, gerando confrontos, deslocamentos e perdas culturais. Além disso, africanos escravizados foram trazidos para trabalhar em atividades ligadas à pecuária e à agricultura, compondo uma sociedade marcada por desigualdades profundas, mas também por intensa mistura cultural.

► Capitania, vilas e consolidação política

Da Vila da Mocha a Oeiras

Com o crescimento da ocupação, o território piauiense passou por reorganizações administrativas. Após ter estado vinculado a outras jurisdições coloniais, foi criada a Capitania do Piauí no século XVIII. A Vila da Mocha, primeiro núcleo de maior importância política, foi elevada à condição de cidade com o nome de Oeiras, tornando-se a primeira capital. Esse momento foi decisivo para a institucionalização do território, pois significou maior presença administrativa, criação de vilas, organização política e tentativa de controle sobre uma região extensa e interiorizada.

Oeiras representou, durante muito tempo, o centro político e simbólico do Piauí colonial e imperial. Contudo, sua localização dificultava comunicações, circulação econômica e integração territorial. Essas limitações explicam os debates posteriores sobre a transferência da capital para uma área mais estratégica.

► Independência, memória cívica e mudança da capital

A Batalha do Jenipapo e a participação piauiense na Independência

A participação do Piauí no processo de Independência do Brasil foi intensa e marcada por conflito armado. A Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, tornou-se um dos principais marcos da memória histórica estadual. Nela, piauienses, cearenses e maranhenses enfrentaram tropas portuguesas em condições desiguais, muitas vezes com armas simples e pouca preparação militar formal. Mesmo diante das dificuldades, o episódio simboliza resistência, mobilização popular e adesão ao projeto de independência brasileira.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Piau%C3%AD>

Posteriormente, o Piauí também foi afetado por movimentos políticos do período imperial, como a Confederação do Equador e a Balaiada, demonstrando que sua história não esteve isolada, mas conectada às tensões políticas e sociais do Brasil oitocentista.

Teresina e a reorganização do estado

A transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, representou uma mudança estratégica. Planejada às margens do rio Parnaíba, Teresina foi criada para favorecer a comunicação, o comércio e a integração política do território. Esse deslocamento expressou uma tentativa de modernização administrativa e econômica, além de simbolizar uma nova etapa na organização do Piauí.

Na República, o estado enfrentou dificuldades econômicas e sociais, mas também passou por processos de modernização, abertura de estradas, crescimento urbano, fortalecimento do comércio e, mais tarde, expansão de novas atividades produtivas. Assim, a formação histórica do Piauí revela uma trajetória marcada por antiguidade cultural, ocupação sertaneja, resistência política e esforço contínuo de integração territorial.

GEOGRAFIA DO PIAUÍ: TERRITÓRIO, PAISAGENS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

► Localização, extensão territorial e importância regional

Um estado de transição entre o Nordeste, o Meio-Norte e o interior brasileiro

A geografia do Piauí é marcada por grande diversidade natural, territorial e ambiental. Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado ocupa uma posição estratégica entre áreas de influência nordestina, sertaneja e centro-norte do país. Faz divisa com Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, além de ser banhado pelo Oceano Atlântico ao norte. Apesar de possuir o menor litoral do Brasil, com cerca de 66 quilômetros de extensão, o Piauí apresenta significativa importância regional, pois combina áreas litorâneas, planícies fluviais, chapadas, cerrados, caatingas e zonas de transição vegetal.



Localização do estado do Piauí no território brasileiro

Com mais de 250 mil quilômetros quadrados, o Piauí está entre os maiores estados brasileiros em extensão territorial. Essa amplitude contribui para a existência de paisagens bastante variadas, que vão desde o litoral de Parnaíba e Luís Correia até as formações rochosas do sul do estado. Teresina, sua capital, localiza-se no interior, próxima ao encontro dos rios Poti e Parnaíba, sendo a única capital nordestina que não está situada à beira-mar. Essa característica reforça a importância histórica dos rios e das rotas internas na organização espacial piauiense.

► Relevo, clima e hidrografia

As formas do terreno e sua influência na vida social e econômica

O relevo do Piauí apresenta predominância de áreas planas e suavemente onduladas, mas também inclui chapadas, serras e formações de maior altitude, especialmente nas regiões sul, sudeste e nas áreas próximas às divisas com Ceará, Pernambuco e Bahia. Entre as principais unidades do relevo destacam-se as planícies litorâneas e aluvionares, a Depressão Sertaneja, os Planaltos e

https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Piau%C3%AD

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS E INSTRUMENTABILIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA, CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES

A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil está profundamente enraizada nas transformações sociais, políticas e econômicas do século XX, principalmente no contexto da emergência da “questão social” como expressão das contradições do modo de produção capitalista. A institucionalização dessa prática profissional não foi neutra: surgiu no entrelaçamento entre os interesses da Igreja Católica, o projeto modernizador do Estado e as demandas da sociedade civil diante das crescentes desigualdades sociais.

► A emergência da questão social e a gênese do Serviço Social

O ponto de partida para compreender o surgimento do Serviço Social como profissão está na “questão social” — conceito central que designa as múltiplas expressões da desigualdade geradas pelo sistema capitalista, como a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e a marginalização social. No Brasil, essas expressões intensificaram-se com a transição de uma sociedade rural e escravocrata para uma sociedade urbana e industrializada no início do século XX.

A urbanização acelerada, combinada com a incipiente industrialização e a concentração de renda, gerou graves problemas sociais, especialmente nas cidades. O Estado e a Igreja passaram a atuar de forma mais organizada para controlar os efeitos dessas contradições, mobilizando práticas assistenciais que buscavam amenizar, sem transformar, as causas estruturais da desigualdade.

Nesse contexto, o Serviço Social emergiu como uma prática voltada à contenção da questão social. Inicialmente vinculado às ações da caridade cristã e da filantropia, o Serviço Social vai progressivamente se profissionalizando, ganhando uma roupagem técnico-científica.

► Influências internacionais e a ação da Igreja Católica

A gênese do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida sem considerar as influências do Serviço Social europeu e norte-americano. Nos Estados Unidos, a profissão se desenvolveu com base em uma perspectiva pragmática, funcionalista e

tecnicista, centrada no ajustamento do indivíduo à sociedade. Já na Europa, especialmente na Alemanha e Bélgica, a prática profissional foi inicialmente vinculada à doutrina social da Igreja Católica, valorizando a promoção moral e espiritual dos pobres.

Essas influências foram fundamentais para a formação do Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir da difusão das encíclicas papais, como *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que denunciavam os abusos do capitalismo, mas rejeitavam o marxismo e a luta de classes, propondo a harmonia entre capital e trabalho. Esse pensamento serviu de base para a atuação da Ação Católica no Brasil e para a criação das primeiras escolas de Serviço Social.

A Igreja Católica teve papel central na organização dos primeiros cursos e na legitimação da prática profissional. O Serviço Social era compreendido como missão de caridade e de promoção da dignidade humana, ancorado em valores cristãos. Essa orientação doutrinária perdurou até a década de 1960, quando começa a ser questionada pelo movimento de reconceitualização da profissão.

► A institucionalização do Serviço Social no Brasil

A década de 1930 marca o início da institucionalização do Serviço Social no Brasil. O processo coincide com importantes transformações políticas e econômicas, como a Revolução de 1930, a ascensão de Getúlio Vargas e a centralização do poder estatal. O novo Estado buscava criar mecanismos de controle social e de integração da classe trabalhadora ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Nesse cenário, surgem as primeiras escolas de Serviço Social, a exemplo da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936), seguida por outras instituições em diversas regiões do país. Essas escolas foram, em grande medida, organizadas por grupos católicos, como a Ação Social Católica e a União Internacional das Obras Católicas de Assistência Social (Unioca), com apoio da hierarquia eclesial.

O processo de formação profissional se deu de forma gradual e contou com forte inspiração no modelo norte-americano, especialmente no que diz respeito à adoção dos métodos de caso, grupo e comunidade, com ênfase na intervenção técnico-operacional e na neutralidade científica.

A regulamentação da profissão se concretiza com a promulgação da Lei n. 3.252/1957, que reconhece o Serviço Social como profissão e estabelece normas para seu exercício. Posteriormente, o Decreto n. 994/1962 institui o Código de Ética profissional, e a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social ocorre com a Lei n. 8.662/1993, atual marco legal da profissão.

► **A profissão e a mediação da questão social**

A institucionalização do Serviço Social no Brasil configurou a profissão como mediadora entre o Estado e os sujeitos sociais atingidos pela desigualdade. Embora tenha nascido sob forte influência conservadora e religiosa, a prática profissional foi ganhando contornos mais técnicos e políticos com o tempo.

Desde o início, o Serviço Social foi chamado a lidar com os efeitos da questão social: a pobreza, a marginalização e os conflitos sociais. Sua inserção no aparelho estatal foi orientada tanto pela necessidade de assistência quanto pela função de controle social e moralização dos pobres. Isso gerou tensões permanentes entre a função adaptativa e a função crítica da profissão, que se acentuam com o passar das décadas.

A institucionalização permitiu à profissão conquistar reconhecimento social, espaço de trabalho e relativa autonomia, mas também a inseriu nas contradições do Estado burguês, exigindo constante revisão crítica de suas bases, métodos e objetivos.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida apenas como um avanço técnico ou burocrático, mas como um processo profundamente ligado à história das lutas sociais, à conformação do Estado e à atuação da Igreja. Desde sua origem, a profissão assumiu uma posição de mediação entre os sujeitos sociais e o poder institucional, sendo atravessada por múltiplas influências teóricas, interesses políticos e exigências sociais.

A compreensão desse percurso histórico é essencial para que o/a assistente social compreenda a complexidade de sua prática profissional e possa atuar com criticidade, superando os limites da tradição assistencialista e assumindo um compromisso ético-político com os direitos sociais, a justiça e a transformação das estruturas de dominação social.

A trajetória da profissão revela que sua institucionalização não é um dado acabado, mas um campo em disputa, em que os fundamentos históricos, ideológicos e teóricos se entrelaçam às demandas concretas da sociedade e às possibilidades de emancipação social.

**AS INFLUÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS
E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO: CONTINUIDADE, RUPTURA E
RECONSTRUÇÃO PROFISSIONAL**

A história do Serviço Social no Brasil é marcada por profundas transformações em suas bases teóricas, metodológicas e ético-políticas. Desde sua gênese, ligada ao pensamento conservador e à prática assistencialista da Igreja Católica, até os dias atuais, a profissão percorreu um caminho de crítica e reconstrução de suas formas de atuação. Esse percurso reflete os distintos contextos históricos e sociopolíticos vivenciados pela sociedade brasileira, os quais influenciaram diretamente o modo como os/as assistentes sociais interpretam e intervêm sobre a questão social.

► **Serviço Social tradicional (1930–1960)**

A primeira fase da profissão no Brasil caracteriza-se pela forte influência da doutrina social da Igreja Católica e pelo modelo funcionalista norte-americano. O referencial teórico predominante era o neotomismo, que propunha a harmonia entre as classes sociais e a conciliação entre capital e trabalho. Essa abordagem

rejeitava a luta de classes, entendia a pobreza como uma falha moral ou individual, e incentivava a promoção humana com base em valores cristãos.

Características teórico-metodológicas:

- Base moral-religiosa de fundamentação da prática;
- Forte influência do positivismo e da neutralidade científica;
- Ausência de leitura crítica da realidade social;
- Visão da “questão social” como disfunção a ser corrigida;
- Ênfase na adaptação do indivíduo ao meio.

Formas de intervenção predominantes:

- **Serviço Social de caso:** atendimento individualizado, centrado na relação assistente social–usuário, com foco na reabilitação moral e na resolução de problemas pessoais;
- **Serviço Social de grupo:** intervenção com coletivos para promover a integração social e o ajustamento a normas e valores;
- **Desenvolvimento de comunidade:** voltado à organização das comunidades pobres para promover o progresso material e moral, especialmente em áreas urbanas e rurais marginalizadas.

Trata-se de uma fase adaptativa, na qual a prática profissional era voltada para a manutenção da ordem social, sem questionamento das causas estruturais das desigualdades.

A intervenção era técnica e instrumental, baseada na ideia de que o assistente social poderia “corrigir” comportamentos desviantes e promover a moralização dos pobres.

► **Movimento de reconceituação e transição crítica (1960–1980)**

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil e na América Latina passou por um processo de questionamento profundo, conhecido como Movimento de Reconceituação. Essa fase é marcada por críticas ao modelo tradicional, impulsionadas pelo avanço das ciências sociais, pela influência das teorias críticas, especialmente do marxismo, e pelo contexto de intensas transformações políticas, como os regimes militares e as lutas sociais no continente.

Três tendências principais emergem neste período:

Modernizadora (ou tecnocrática):

- Influenciada pela teoria funcionalista.
- Buscava modernizar a prática profissional sem romper com o sistema.
- Valorizava a racionalização e o planejamento, inserindo o Serviço Social no desenvolvimento das políticas públicas.
- A intervenção continuava instrumental, mas incorporava técnicas de administração, diagnóstico social e planejamento de programas.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO: LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD); LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

- I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

- I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;
- II - realizado para fins exclusivamente:
 - a) jornalístico e artísticos; ou
 - b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;
- III - realizado para fins exclusivos de:
 - a) segurança pública;
 - b) defesa nacional;
 - c) segurança do Estado; ou
 - d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no §4º deste artigo.

§3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

XIX - autoridade nacional: entidade da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!